



ATA n.º 037/2013



Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e treze, no horário regimental, reuniu-se a Câmara Municipal de Inácio Martins, Paraná, para a realização da trigésima terceira sessão ordinária do período. No **EXPEDIENTE** constou a leitura da Ata da sessão do dia vinte e três de setembro, aprovada sem ressalvas. Em seguida, a leitura do Projeto de Lei do Executivo de número 036/2013 - Orçamento para o exercício de 2014, no valor de R\$ 30.652.020,44 (trinta milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, vinte reais e quarenta e quatro centavos), distribuídos em R\$ 23.474.820,87 (vinte e três milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais e oitenta e sete centavos) dos Poderes Executivo, Legislativo e Fundos Municipais, e R\$ 7.177.199,57 (sete milhões, cento e setenta e sete mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos) do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais. Ainda, o Projeto de Lei do Legislativo de n.º 013/2013 propondo alterações na Lei Orgânica Municipal para estabelecer que todas as votações passarão a ser em escrutínio "aberto". Ambos os projetos foram encaminhados para análise das Comissões Permanentes e Assessorias. Na **TRIBUNA** o Vereador **OSVALDIR** falou das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Rural que acontecem na última segunda-feira de cada mês nas dependências da Escola Oficina, convidando os pares a participar, e explicou que o Conselho é composto de trinta membros entre representantes de comunidades rurais e secretarias municipais e nas reuniões têm visto bastante interesse por parte dos agricultores das comunidades que tem seus representantes, e esse interesse está sendo notado de forma diferente a partir do momento que o município criou os programas de apoio a agricultura com recursos próprios, como o caso da subvenção social que foi aprovado aqui na Câmara vigorando no orçamento deste ano. Disse que são seis associações que já assinaram convênio com o município para receber esse repasse, esse projeto já está em execução, e as comunidades que não estavam organizadas se organizaram, hoje são mais cinco ou seis associações que foram atrás, elegeram suas diretorias e organizaram a documentação para se qualificar e a partir do ano que vem também poderão receber essa subvenção. Citou um caso específico da associação da aldeia indígena que já recebeu doze mil reais de subvenção neste ano, a ser aplicado a partir de um plano de trabalho feito em conjunto com a prefeitura, em piscicultura nos tanques que já existem na aldeia e na aquisição de mudas de erva mate para povoamento dos ervais nativos porque a erva mate é uma das culturas que hoje está gerando renda dentro da aldeia. Disse ser importante a participação das comunidades nessa discussão das alternativas que o município está tendo e que na reunião deste dia foi feita a apresentação de como será trabalhado o Programa Brasil Sem Miséria no município porque o Conselho deverá ser parceiro na seleção das famílias que serão atendidas, e quando foi falado na situação de extrema pobreza os líderes das comunidades já apontaram a quantidade de famílias que existem nesta situação e puderam ver que o trabalho a ser feito será totalmente diferenciado, deverão existir parcerias com o CRAS do município com o qual já foi feita uma primeira reunião, com a



Câmara Municipal de Inácio Martins ¹⁴¹

CNPJ 77.778.827/0001-55

Secretaria da Agricultura, com os programas governamentais como o Mãe Paranaense e outros do governo do estado que não estão chegando no município e tem o mesmo público do Brasil Sem Miséria, sendo um desafio trabalharem com esse público de extrema pobreza, mas estão vendo uma grande possibilidade e espera que daqui a dois anos quando for fechado o primeiro grupo de trinta famílias que serão atendidas possa chegar nessa Tribuna e apresentar os resultados, os quais espera que sejam positivos, pois essas famílias pobres não estão nessa situação porque querem e sim por circunstâncias alheias a vontade delas. Na **ORDEM DO DIA** constou em primeiro turno de votação o projeto de lei do legislativo de número 012/2013 propondo a criação de um Fundo Especial com as economias de recursos de custeio das despesas do atual exercício financeiro para serem investidos na construção da nova sede do Poder Legislativo Municipal. Na discussão o Vereador Gilnelson explicou a necessidade de criar o fundo para manter os recursos que não serão utilizados até o final do exercício, pois não será possível concluir o processo licitatório ainda neste ano e a sobra dos recursos ficará neste fundo para ser usado no próximo ano. Na votação recebeu todos os votos favoráveis e foi declarado aprovado em primeiro turno. Também em primeiro turno o Projeto de Resolução 03/2013 propondo alteração na Resolução n.º 03/2012 que trata da avaliação de desempenho dos servidores do Legislativo Municipal em estágio probatório, alterando a forma da composição da Comissão de Avaliação. Em discussão o Vereador Gilnelson também explicou que a avaliação de desempenho é uma exigência legal para que os servidores sejam efetivados nas suas funções e estão apenas cumprindo a previsão da lei visto que a Câmara já realizou o concurso público. Também foi aprovado em primeiro turno com todos os votos. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o **PRESIDENTE** informou que em relação aos comentários na internet pelo fake "GCC" e o pedido do Vereador Gilnelson para que a casa tomasse providências esteve com seu assessor jurídico e o assessor jurídico do executivo na última quarta-feira em Curitiba onde foram atendidos pela Doutora Elizabete, delegada da Polícia Civil, a qual explicou como seria esse procedimento e que o boletim de ocorrência do fato deveria ser feito em Irati. Disse já ter em mãos o Boletim de Ocorrência o qual já encaminhou a uma assessoria do Deputado Artagão Junior, que levou até essa delegada, e já seria dada entrada junto a Delegacia da Polícia Cibernética. Falou que a delegada lhes explicou como poderá ser feito esse rastreamento e que dentro de poucos dias o caso poderá ser desvendado. O Vereador **OSVALDIR** comentou a entrada em pauta da LOA e lembrou a necessidade de realização de audiências públicas para apreciação do PPA e posteriormente da LOA, como também das possíveis alterações a serem feitas na LDO. Contou que na reunião deste dia do Conselho de Desenvolvimento Rural explicou aos presentes a situação em relação a aquisição do terreno para a construção das casas populares e porque todos os votos foram favoráveis, comentando o valor do terreno, a quantidade de casas que caberão na área e quanto irá custar cada lote para o município, sendo uma coisa que deve ser esclarecida apesar de ter havido um acordo dos pares em não responder as críticas pelo face book, mas na medida do possível devem esclarecer e mostrar a população



Câmara Municipal de Inácio Martins¹⁴²

CNPJ 77.778.827/0001-55

porque foi aprovado pois os comentários que existem são apenas negativos, ninguém está vendo o outro lado, comentaram sobre um terreno no valor de oitenta mil reais que ainda não apareceu, por isso todos os vereadores devem aproveitar as oportunidades que tiverem e mostrar o que aprovaram e porque aprovaram, pois o que está correndo de boca em boca é extremamente negativo para o município, para o prefeito e para a Câmara, por isso devem esclarecer isso e não apenas identificar o responsável. Nada mais havendo a ser tratado o Presidente encerrou a sessão e convocou a próxima sessão ordinária para o dia sete de outubro no horário regimental ficando lavrada a presente Ata que após lida e achada de conformidade segue assinada pelos vereadores presentes.

